
A PRODUÇÃO E DIFUSÃO SOCIAL DO PENSAMENTO INTELLECTUAL DE JOSEPH AUGUSTE ANTÉNOR FIRMIN

THE PRODUCTION AND SOCIAL DISSEMINATION OF THE INTELLECTUAL THOUGHT OF JOSEPH AUGUSTE ANTÉNOR FIRMIN

Márcia Aparecida de Souza¹

<http://lattes.cnpq.br/8067363406032688>
<https://orcid.org/0000-0002-2761-3224>

Meryelle Macedo da Silva²

<http://lattes.cnpq.br/4686396333929159>
<https://orcid.org/0000-0002-7233-7281>

Henrique Cunha Junior³

<http://lattes.cnpq.br/3168771550890062>
<https://orcid.org/0000-0002-9664-5545>

RESUMO: O objetivo principal deste artigo é refletir sobre a produção e difusão social do pensamento intelectual de Joseph Auguste Anténor Firmin. Para tanto, tivemos como método de pesquisa a afrodescendência. Realizamos uma revisão de literatura baseando-se em autores que teorizam sobre a Revolução do Haiti, como James (1938) e Geggus (2001); o racismo científico, a exemplo de Wade (2017) e Gouveia (2016); e as teorias de Anténor Firmin, como Troitinho (2021) e Déus (2020). Mesmo diante da importância de Anténor Firmin para os estudos antropológicos e para as várias áreas do conhecimento, ainda existe uma invisibilização acerca de suas obras, o que faz parte de um sistema hegemônico de controle do conhecimento, cujo intuito é impedir o reconhecimento do protagonismo social negro. Acreditamos que a inserção de Anténor Firmin e demais intelectuais negros, na literatura de uso científico amplo é uma empreitada necessária no sentido da superação das hegemonias ocidentais e da visibilização da população negra, de suas produções culturais e problemáticas sociais. Tal ação faz parte do direito à história e à ciência pelos diversos grupos sociais como uma das bases da democracia.

Palavras-Chave: Revolução do Haiti; Racismo científico; Anténor Firmin.

ABSTRACT: The main objective of this article is to reflect on the production and social diffusion of the intellectual thought of Joseph Auguste Anténor Firmin. To do so, we used Afro-descendance as a research method. We carried out a literature review based on authors who theorize about the Haitian Revolution, such as James

¹ Doutoranda em educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: profmarciasouza2016@gmail.com.

² Doutoranda em educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: meryellemacedo06@gmail.com.

³ Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: hcunha@gmail.

(1938) and Geggus (2001); scientific racism, like Wade (2017) and Gouveia (2016); and the theories of Anténor Firmin, such as Troitinho (2021) and Déus (2020). Even given the importance of Anténor Firmin for anthropological studies and the various areas of knowledge, there is still an invisibility regarding his works, which is part of a hegemonic system of knowledge control, whose aim is to prevent the recognition of social protagonism black. We believe that the inclusion of Anténor Firmin and other black intellectuals in literature of broad scientific use is a necessary undertaking in order to overcome Western hegemonies and make the black population, its cultural productions and social problems visible. Such action is part of the right to history and science by different social groups as one of the bases of democracy.

Keywords: Haitian Revolution; Scientific racism; Antenor Firmin.

INTRODUÇÃO

A Revolução Haitiana foi uma das mais importantes insurgências negras da história. A mesma decorreu da ação da população escravizada que desafiou o colonialismo, rompeu com o modo de produção e com a hierarquização racial que sustentava o sistema escravista, abolindo a escravização e tornando a colônia haitiana independente do domínio francês. O Haiti tornou-se símbolo de resistência negra e causou um terror para os escravizadores de outras colônias, que propositalmente distorceram a realidade dos fatos ocorridos e trataram de invisibilizar a vitoriosa revolução.

Além da constituição de um Estado negro independente, a Revolução Haitiana possibilitou uma ampla produção intelectual, cujo objetivo era refletir sobre a população negra africana e afrodiáspórica, buscando superar concepções racistas acerca da história, das culturas e do fenotípicos negros. Dentre os intelectuais haitianos, Joseph Auguste Anténor Firmin possui fundamental importância, tendo uma postura contra hegemônica, no que tange ao enfrentamento às teorias racistas do século XIX.

Diante do contexto, o objetivo principal deste artigo é refletir sobre a produção e difusão social do pensamento intelectual de Joseph Auguste Anténor Firmin. Para tanto, tivemos como método de pesquisa a afrodescendência. Cunhada por Autores (2013) o método da afrodescendência nos propicia adentrar o território da pesquisa e a partir dele elaborar nossas teorias, no intuito de propiciar o reconhecimento da população negra, de suas culturas e problemáticas sociais. A afrodescendência é um método criado para afrodescendentes realizar pesquisa com afrodescendentes. E nesse processo o pesquisador é necessariamente parte da pesquisa, sem que isso seja empecilho para a objetividade do estudo.

Dentre os procedimentos metodológicos que podem sistematizar o método afrodescendente, nos respaldamos na revisão de literatura baseando-se em autores que teorizam sobre a Revolução do Haiti, como James (1938) e Geggus (2001); o racismo científico, a exemplo de Wade (2017) e Gouveia (2016); e as teorias de Anténor Firmin, como Troitinho (2021) e Déus (2020).

A compreensão das ideias de Anténor Firmin e sua difusão social passa pelo entendimento das correntes teóricas racistas da época e da realidade política turbulenta que vivia o Haiti, como consequência da Revolução Haitiana.

Anténor Firmin foi protagonista quanto à crítica ao racismo, que no século XIX, ganhava uma base científica, induzindo o pensamento das futuras gerações. O racismo científico admitia a existência de raças humanas, considerando que havia raças inferiores e superiores. Ideias amplamente divulgadas na Europa, em muito decorrentes da Frenologia, hoje, considerada uma pseudociência, defendiam que a anatomia craniana era determinante para a superioridade e inferioridade racial. Diante disso e em razão do Darwinismo social de Herbert Spencer e dos ideários de Joseph Arthur Gobineau, a raça ariana foi posta como superior e o modelo civilizatório europeu foi legitimado cientificamente. Firmin contestou com veemência esse discurso racista. Na obra “A igualdade das raças humanas: Antropologia positiva”, através de comprovações científicas, Firmin rompe com a teoria da desigualdade racial, afirmando a igualdade entre as “raças”.

Mesmo diante da importância de Anténor Firmin para os estudos antropológicos e para as várias áreas do conhecimento, ainda existe uma invisibilização acerca de suas obras. Se trata de um sistema hegemônico de controle do conhecimento e da informação, o intuito é de impedir uma análise crítica da base sociológica dos lugares, onde encontramos o protagonismo social negro. Nos importa, enquanto ato político dentro do pensamento acadêmico, buscar inserir Anténor Firmin e demais intelectuais negros, na literatura de uso científico amplo. Essa empreitada é necessária para uma ampliação do debate científico, no sentido da superação das hegemonias ocidentais e da visibilização da população negra, de suas produções culturais e problemáticas sociais. Tal ação faz parte do direito à história e à ciência pelos diversos grupos sociais como uma das bases da democracia.

A IMPORTÂNCIA DA REVOLUÇÃO DO HAITI

Estamos falando da história do que era a colônia Francesa de São Domingos, uma ilha do Caribe, atual Estado do Haiti. De uma grande articulação de forças políticas da população negra da Ilha de São Domingos, entre escravizados e livres, e com uma coordenação oriunda de terreiros de candomblé e de Vodou. Ocorreu que na noite de 22 de agosto de 1791, milhares de escravizados das plantações de açúcar se revoltaram (JAMES, 1938), fugiram e se refugiaram ao norte da ilha e deram início ao que podemos chamar de um dos maiores eventos da história das Américas, possivelmente o maior do mundo denominado moderno que foi a abolição do escravismo criminoso e a independência do Haiti. Uma revolução pouco comentada na literatura brasileira em razão do eurocentrismo e do pensamento branconcêntrico.

Os revolucionários negros haitianos lutaram e venceram o exército francês, que era um dos maiores da época. O exército reuniu mais de 50.000 soldados sob o comando do general Charles Leclerc, fato memorável e por vezes considerado inexplicável na história francesa e mesmo na história das Américas. O evento iniciado em 1791 teve uma longa duração e se estendeu até 1804, culminando com a vitória da revolução negra e o estabelecimento do Estado independente do Haiti (JAMES, 1938). Outro fato relevante foi a criação de um governo negro, altamente progressista para sua época (GEGGUS, 2001).

A referida revolução é muitas vezes criticada e condenada como bárbara por ter enforcado todos os oficiais franceses e dizimado parte da população francesa da ilha. Os mesmos críticos nunca condenaram a desumanidade do escravismo imposto pelos franceses, nem as incoerências da revolução francesa na Europa e a manutenção do escravismo criminoso nas Américas.

Trouillot (1995), um historiador haitiano, escreveu um livro analisando o silêncio acadêmico e das sociedades no mundo sobre a Revolução do Haiti. Em sua análise argumenta que “o colonialismo em geral e o Haiti em particular têm sido tratados como preocupações derivativas, sujeitas à quase total negligência e a ‘múltiplas camadas de silêncios’ pela historiografia francesa desde o século XIX” (TROUILLOT, 1995, p.99-102 *apud* TOMICH, 2009, p.184).

Para o campo acadêmico foi uma revolução inexplicável, sobre em que pese os preconceitos a despeito da capacidade da população negra em se organizar. Foi necessário, pela hegemonia do pensamento ocidental, silenciar sobre a Revolução Haitiana porque a mesma não poderia ser integrada aos mecanismos tradicionais de pensamento sobre o mundo e a história

devido um problema epistemológico que estaria na raiz do pensamento ocidental, que insiste em não entender a população negra como organizada e com pensamento crítico e revolucionário. A Revolução do Haiti e conseqüentemente o Estado Haitiano enfrentaram sérias dificuldades devido terem desafiado as potências ocidentais.

Vale a pena observar que o silêncio não foi apenas sobre a revolução, mas também sobre o Estado Haitiano que foi implantado em 1806 com uma constituição bastante progressista além de desenvolver uma ampla política de apoio financeiro e logístico às independências nas Américas.

A questão da população negra como gestora de um Estado negro independente foi uma das principais proposições da Revolução Haitiana. Também ao longo do restante do século XIX, o Haiti apresentou uma vigorosa produção intelectual. No campo da história o principal e mais difundido trabalho sobre a revolução do Haiti é o livro *“Os Jacobinos Negros”*, de 1938, do historiador socialista caribenho C.L.R. James (JAMES, 1938).

Assim como a Revolução Haitiana ficou por muito tempo à margem da história, os intelectuais haitianos também ficaram. Esse é o caso de Joseph Anténor Firmin, importante antropólogo e político haitiano que fez um contraponto às teorias racistas do século XIX. Segundo Troitinho (2021, p.285) Firmin vivenciou “as conseqüências da Revolução Haitiana, como as constantes instabilidades políticas durante a estruturação do Estado Haitiano”. Andrade (2016) corrobora para a questão afirmando a existência de uma pressão internacional sob o comando do governo norte-americano, inglês e francês no intuito de deslegitimar a autonomia do Estado Haitiano. Essas pressões terminaram com a invasão do Haiti em 28 de julho de 1915 pelos Estados Unidos, que perdurou até 1934. O intuito estadunidense era o poder geopolítico e econômico.

Diante desse fato estabeleceu-se uma guerra popular, que envolveu “entre 20 e 40 mil combatentes com menos de cinco mil armados com velhos rifles ou facões”. Atrocidades ocorreram dos dois lados, entretanto, é preciso evidenciar que o povo haitiano “lutava pela liberdade e soberania nacional e se contrapunha diretamente às conseqüências do imperialismo sobre seu país” (ANDRADE, 2016, p.188).

Mesmo diante de problemáticas políticas, Anténor Firmin combateu com genialidade o racismo científico, defendendo a igualdade das “raças humanas” e repensando o papel social da população negra. Suas teorias nos permitem analisar o mundo social africano e o processo afrodiásporico, além de serem fundamentais para a formação da ciência antropológica.

RACISMO CIENTÍFICO DO SÉCULO XIX

O conceito de raça aparece na história da humanidade entre os séculos XII e XVIII, no continente europeu. Tal conceito explicava a diversidade humana através da religião, do meio ambiente e do comportamento, não tendo, portanto, o intuito de refletir acerca das características físicas ou naturais do corpo humano. Desse modo, a aparência física, mesmo sendo relevante para os discursos da época, não era um elemento fundamental, o que só veio a acontecer a partir da segunda metade do século XVIII. É principalmente no século XIX que “a ideia de raça se consolida em volta do corpo, da natureza e, em especial, da biologia, cujo sentido moderno surge por volta de 1800. É a época do determinismo racial e, finalmente, do racismo científico” (WADE, 2017, p. 49).

Acompanha a discussão das raças a formalização da Grécia como berço da filosofia e da matemática. Existiu uma produção da ideia da racionalidade humana como ponto de distinção entre os grupos humanos. À invenção da racionalidade científica a partir da Grécia e a este povo como parte da origem da Europa somam-se as divulgações das teorias raciais (BERNAL, 1987).

Mesmo em situações em que o debate sobre raça era intenso, como no caso da discriminação contra os mulçumanos e judeus, a identificação dos grupos excluídos não ficava a cargo da aparência, mas do “sangue”. Pessoas com ascendência judaica e muçulmana, mesmo aquelas convertidas ao cristianismo, especialmente na Espanha do século XV, deveriam ter a ausência de “raça [sangue ou linhagem] de judeu ou mouro”, pois segundo essa ideia os judeus e mouros tinham “sangue infectado”. Para comprovar a “limpeza do sangue”, era necessário “prover uma genealogia que remontasse até duas gerações anteriores”, embora houvesse também a defesa das pessoas convertidas, considerando a admissão em certos cargos públicos de filhos de judeus e de mouros, desde que os mesmos fossem “bons cristãos, capazes e competentes” (POOLE, 1999, p. 364 *apud* WADE, p. 52).

No que concerne a invasão europeia a América e ao conseqüente domínio dos territórios indígenas, a produção das diferenças, entre indígenas e brancos, teve como elemento fundamental as “diferenças comportamentais, lugar de residência, idioma, dentre outras” (WADE, 2017, p. 51). Apesar do período escravista baseado no tráfico de africanos, o “racismo codificado por religião” foi substituído por “um racismo codificado pela cor” (GREER; MIGNOLO; QUILLIGAN, 2008, p. 2 *apud* WADE, 2017, p.51). Chamamos atenção que as diferenças, as hierarquizações, são produções sociais. No caso da escravização africana, utilizou-se a cor da pele e a cultura para produzir um discurso de inferiorização das sociedades

africanas como meio de tentar justificar o processo escravista. O fato é que o escravismo foi uma ação criminosa, o interesse europeu foi a exploração dos conhecimentos africanos, tendo em vista que africanos e afrodescendentes possuíam técnicas e tecnologias necessárias ao desenvolvimento social e econômico dos lugares.

A invasão europeia a América, bem como a escravização africana, condicionou um amplo debate acerca do meio ambiente e sua influência no comportamento humano. As características das pessoas poderiam ser transmitidas geracionalmente, porém tal processo era flexível seguindo os imperativos do ambiente. Existia assim um duplo papel do meio ambiente, vigorando o determinismo geográfico, pelo qual o meio determinaria os processos sociais, atribuindo características individuais e coletivas, e a flexibilidade dos grupos sociais a partir de uma transformação radical dos corpos. No contexto colonial inglês em relação a população indígena, para citar um exemplo, tinha-se a compreensão de que a entrada inglesa no espaço conquistado produziria “novos corpos, mas se resistia à ideia de que a constituição física do corpo inglês estaria suscetível a mudanças, enquanto ganhava terreno a crença de que o corpo nativo era essencialmente débil” (WADE, 2017, p. 53).

Mesmo considerando a hierarquia social, pautada na dominação europeia sobre africanos e indígenas, foi somente no final do século XVIII que o discurso sobre a raça, enquanto explicação para as diferenças humanas, começou a ganhar aparato científico. No século XIX tal ideia é consolidada, tomando proporções mundiais (WADE, 2017).

Nesse período, tem relevância o livro *The Races of Man*, escrito em 1850 pelo médico e anatomista escocês Robert Knox. Segundo o autor, a raça era sinônimo de tudo, “um fato dado, o mais extraordinário, o mais completo, que jamais foi anunciado pela filosofia. A raça é tudo: literatura, ciência, arte – enfim, dela depende a civilização” (KNOX, 1850, p. 7 *apud* WADE, 2017, p. 55). O entendimento das “raças humanas” ficaria a cargo da anatomia comparativa, as diferenças fisiológicas seriam explicativas de um suposto grau de civilização dos povos, de sua inteligência e moralidade. Não podemos compreender essas ideias se não referenciarmos o processo de libertação da escravatura, o imperialismo europeu do século XIX e as especificidades inerentes a tais processos (WADE, 2017).

Atentamos ao fato de que o fim do período escravista criminoso não decorreu somente de uma questão econômica, pautada no desenvolvimento do capitalismo através do consumo. O que tivemos foi uma ação política de enfrentamento às revoluções negras ocorridas no território americano de dominação europeia, cujo intuito era suplantando o sistema de crimes acerca das populações negras. Assim, o projeto de libertação de escravizados, seguindo a lógica própria

dos lugares, era uma resposta a tais movimentos, no sentido da continuidade de subalternização cultural, política, econômica e social da população negra.

Sob o fundamento de ideologias em que se propagava que todos os grupos sociais tinham as mesmas oportunidades de ascender socialmente, os Estados racistas passaram a culpabilizar o atraso social dos lugares, por uma suposta inferioridade racial negra. Desse modo, abre-se precedente para a perseguição às práticas culturais negras, a expulsão sistemática dessa população dos espaços de moradia e trabalho, a formação de espaços de vulnerabilidade social e a partilha do território africano, no intuito de "civilizá-lo".

Mbembe (2014, p. 103) ressalta que ainda durante o tráfico de escravizados, ocorre uma transformação acerca do discurso sobre as raças⁴. Nesse processo, duas concepções raciais se unem, a saber, a raça enquanto questão biológica e a raça enquanto metáfora destinada a “questão da divisão e da submissão, da resistência e da fragilidade do político, do elo [...] entre política e a vida, a política e o poder de matar; o poder e as mil e uma maneiras de matar ou deixar (sobre)viver”.

Nesse sentido, ciência e política se unificam no intuito de pensar a vida, dos dominados e dominadores, dos insubmissos e submissos, dos civilizados e incivilizados, seguindo os critérios de um grupo social autointitulado superior. A visão de mundo narcísica europeia, enraizada também na América influenciará o pensamento político em relação ao tratamento com a população negra e também indígena tendo em vista a continuidade de um sistema de dominação. Esse discurso também é marca do poder imperialista europeu acerca do território africano. De acordo com Mbembe (2014, p. 118) “No argumentário colonial, a raça aparecerá simultaneamente enquanto matriz material, instituição simbólica e componente físico da política e da consciência do império”, argumento esse amparado no discurso acerca de uma suposta qualidade das raças.

O modelo de sociedade europeu se fundamenta na ideia de que a humanidade se divide em espécies e subespécies, que “podemos diferenciar, separar e classificar hierarquicamente”. Seja em relação à lei ou às “configurações espaciais, tais espécies e subespécies devem ser mantidas à distância uma das outras” (MBEMBE, 2014, p. 119). Esse pensamento é marca do

⁴ Para uma melhor compreensão das ideias de Mbembe (2014), importa ressaltar que o processo escravista criminoso mesmo sendo uma prática racista se inicia sob o fundamento do discurso religioso, não da raça em termos biológicos. O aprisionamento e a deportação eram de não-cristãos. Ao longo do tempo as práticas e os conceitos mudaram, sempre no intuito de penalizar a população africana e seus descendentes.

racismo científico no século XIX, pelo qual a ciência foi utilizada para justificar preconceitos, considerando a superioridade nata de um grupo social sobre o outro (GOUVEIA, 2016).

A essa época foram realizados estudos sistemáticos do crânio humano. O objetivo era a medição do volume e circunferência craniana, para classificar e hierarquizar os grupos humanos. Os estudiosos desse tema tiveram grande notoriedade, embora muitos deles só procurassem comprovar ideias que já existiam. “Quando os dados contrariavam suas certezas, em diversos momentos, estes eram manipulados, fosse acrescentando novos dados, fosse suprimindo informações” (GOUVEIA, 2016, p.20).

É relevante ressaltar que as ciências humanas como a antropologia, a sociologia e a psicologia na busca de alcançar um arcabouço científico aos moldes das ciências exatas, atuaram para a difusão do racismo científico (GOUVEIA, 2016). No que tange a antropologia cabe citar os estudos de Troitinho (2021), para quem, embora tal ciência, considerando o seu processo de formação, tenha servido aos ideais racistas da época, houveram movimentos intelectuais contrários, como o realizado pelo antropólogo haitiano Anténor Firmin.

Anténor Firmin foi o pioneiro no debate sobre igualdade racial presente no século XIX e apesar de ser um intelectual daquele século e de ter recebido influência sobre a crença científica da época de que existiam raças diferentes, pensamento que só foi efetivamente desmistificado no século XX, entendia que só havia diferença em relação a origem e defendia embasado em estudos científicos que todas as “raças” tinham a mesma capacidade tanto de pensar quanto de produzir conhecimento e cultura, conforme apresentaremos no próximo tópico.

TRAJETÓRIA DO INTELLECTUAL NEGRO HAITIANO, ANTÉNOR FIRMIN

Joseph Auguste Anténor Firmin nasceu em 1850 em Cap-Haitien, no Haiti. Oriundo de uma família humilde, seus pais Pierre Montrévil Firmin e Anaise Jean-Baptiste eram costureiros. Naquela época era comum os filhos aprenderem e seguirem o ofício dos pais, mas o grande interesse de Firmin pelo conhecimento acadêmico foi percebido desde cedo por seus pais. Essa percepção concorreu para que seus pais decidissem que o jovem deveria utilizar-se de seu tempo disponível para estudar e não para aprender o ofício da costura (WATSON, 2011 *apud* SILVA, 2020).

A fenomenal inteligência de Anténor Firmin fez com que passasse rapidamente pela escola primária pela facilidade com que absorvia os conteúdos. E o mesmo ocorreu com os estudos secundários que ele também concluiu em tempo *recorde*. Sua intelectualidade

contribuiu para que eliminasse “muitas etapas da escolaridade com uma prodigiosa rapidez, a ponto de seus mestres o estimularem cada vez mais, apresentando-lhe de forma cada vez mais intensa o universo do conhecimento” (MARS, 1978, p. 16-17 *apud* SILVA, 2020, p.42).

Sua formação superior ocorreu de forma excepcional, autodidata, sem cursar uma universidade aprendeu sozinho todos os conteúdos das disciplinas da graduação em Direito e se submeteu a uma banca para que fosse avaliado e obteve com êxito a titulação de advogado. Também realizou na cidade de Port-au-Prince, capital do país, o teste de aptidão para advogar formalmente, no qual foi aprovado. Durante o período de formação acadêmica, Anténor Firmin lecionou na escola primária de sua cidade, onde também atuou na contabilidade e na administração em instituições escolares (SILVA, 2020).

Além da trajetória acadêmica, Anténor Firmin teve uma abrangente atuação na política em seu país. Aos 20 anos se envolveu com o Partido Liberal Haitiano, que fazia oposição ao Nacional Haitiano Partido. Em 1878 fundou o jornal *Le Messager du Nord*, no intuito de divulgar o Partido Liberal Haitiano. No ano seguinte foi candidato não eleito a deputado pelo Partido Liberal. Em decorrência das disputas que aconteceram no país, relacionadas a poder, houve no ano de 1883 um grande conflito, classificado como uma “carnificina e o holocausto de um punhado de homens cuja ação inteligente poderia ter sido útil para a vida cívica, econômica e intelectual do país” (PRICE-MARS, 1978, p. 115 *apud* TROITINHO, 2021, p.286).

Com a intenção de afastar-se das disputas políticas, Anténor Firmin embarcou para Paris em 1883, ocasião em que representou o Haiti naquele país. Nesse período que esteve em Paris ele dedicou-se à escrita, conforme discutiremos no próximo tópico. Em 1888, Firmin retornou ao Haiti e nessa ocasião foi nomeado Ministro do Comércio e Relações Exteriores, atuando de 1889 a 1891 (SILVA, 2020).

Nessa empreitada, Anténor Firmin obteve resultados satisfatórios, lhe permitindo alcançar prestígio político suficiente para ocupar o Ministério das Finanças, sendo posteriormente enviado a Paris. “Para Hoffman (1997) esse segundo envio objetivava retirá-lo do cenário político doméstico devido à crescente popularidade entre a massa e uma percepção dos dirigentes de uma ameaça política”, o que se comprova com seu retorno e candidatura à presidência em 1902. Devido a interesses partidários contrários, ele não foi eleito e em outubro de 1902 foi exilado em Saint-Thomas, onde permaneceu até sua morte, ocorrida em 1911 (TROITINHO, 2021, p. 287).

A IGUALDADE RACIAL ROMPENDO COM A TEORIA DA DESIGUALDADE RACIAL: A PROPOSIÇÃO CIENTÍFICA DE ANTENOR FIRMIN

Anténor Firmin chegou à França, como emissário do Haiti, no ano de 1883, em meio à efervescência do debate sobre a desigualdade das “raças”, momento em que os monogenistas sustentavam o entendimento de que havia apenas uma raça humana e que os outros grupos eram secundários, não eram raças e sim, variedades. E por outro lado, os poligenistas sustentavam que havia várias raças humanas diferentes e que essas diferenças eram explicadas biologicamente (WARTELLE, 2004). Debate que evidenciava a existência de uma suposta superioridade da raça branca.

Anténor Firmin, cidadão haitiano, oriundo de uma nação em que a população negra lutou e conquistou sua independência com propriedade, não se entendia pertencente a uma “raça” inferior conforme atestava a antropologia discriminatória e racista europeia. Ele debruçou-se sobre as teorias poligenistas e monogenista, analisou-as e contestou-as a despeito das diferenças raciais se “baseando em geologia, paleontologia e meio ambiente, Firmin elegeu como hipótese unidade constitucional (*unité constitutionnelle*) das raças, focando sobre as condições ambientais para explicar as diferenças entre os grupos humanos” (DENIS, 2011, p. 80 *apud* DÉUS, 2020, p.209).

Um facilitador da trajetória de Anténor Firmin, quando chegou na França, no ano de 1883, foi seu ingresso no ano seguinte, na Sociedade de Antropologia de Paris, onde encontrou outros intelectuais, como Ernest Aubertin, Louis-Joseph Javiere Gabriel de Mortillet, também integrantes da mesma instituição. Eles estabeleceram um diálogo sobre “raça”, referente às predominantes discussões que imperavam naquele período, principalmente na Europa.

Ele interessou-se pela sociologia e pela antropologia principalmente por ser a partir dessa ciência que se desenvolveu a doutrina da existência de “raças” humanas e da hierarquização entre as mesmas, definindo como inferior à “raça”, à qual ele pertencia. Dessa forma, Anténor Firmin procurou dialogar com a antropologia a fim de encontrar argumentos que contestassem as ideias em vigor à época (PRINCE-MARS, 1978 *apud* SILVA, 2020).

Nesse contexto nasce e destaca-se sua obra *De L'Égalité des Races Humaines: Antropologie Positive* (Da igualdade das raças humanas: Antropologia positiva), publicada em 1885. Constituída por 665 páginas organizadas em 20 capítulos, onde se verifica um estudo acerca do pensamento antropológico, do monogenismo e poligenismo, do critério craniométrico como classificador racial e o discurso fundamental, a saber, o da igualdade das raças

(TROTINHO, 2021). A referida obra trata principalmente de uma resposta ao *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas) teoria defendida por Joseph Arthur de Gobineau e publicada no ano de 1855, na qual o referido autor apontava a superioridade dos brancos em detrimento da inferioridade das raças amarela e negra.

Em sua obra Antenor Firmin se contrapõe à ideia de superioridade de uma “raça” sobre a outra e aponta que a diferença entre os seres humanos não está na raça e sim na história. Denuncia a violência e discriminação sofrida pela população negra, além de demonstrar o racismo científico europeu. Elabora uma discussão visando “(re)construir uma imagem positiva das pessoas negras” (DÉUS, 2020, p.208).

Na dedicatória do livro Antenor Firmin se reporta às crianças haitianas e a todas outras das diásporas e evidencia sua intenção de retratação étnica ao afirmar “Que ele possa inspirar em todas as crianças de raça negra, distribuídas pelo imenso orbe da terra, o amor ao progresso, à justiça e à liberdade!” (FIRMIN, 1885, p. 5 *apud* MARQUES; KOSBY, 2020, p.3).

No prefácio, com um texto bastante objetivo ele demonstra de forma direta a intenção de se contrapor à ideia de raças superiores e inferiores quando afirma:

Não pude dissimular. Meu espírito ficou em estado de choque quando li diversas obras onde se afirmava dogmaticamente a desigualdade das raças humanas e a inferioridade nata dos negros. Uma vez aceito como membro na Sociedade Antropológica de Paris, a discussão não me deveria parecer ainda mais incompreensível e ilógica? É natural ver compor uma mesma associação e dotar-se de um mesmo título, homens que a própria ciência - de que se supõem representantes - parece declarar desiguais? (FIRMIN, 1885, p.8 *apud* TROTINHO, 2021, p.290).

Nesse texto o autor demonstra sua indignação a despeito do entendimento de que havia uma raça superior à outra e aponta o oposto, ou seja, afirmava a igualdade entre todas as pessoas, independente do fenótipo, todas têm iguais qualidades e mesmas falhas. Não há raça superior ou inferior à outra.

No primeiro capítulo intitulado “A Antropologia, sua importância, suas definições e seus domínios”, Antenor Firmin apresenta sua definição acerca da antropologia, que estava ainda ganhando fundamentos científicos. O autor referencia as divergências acerca do estudo humano, tendo em vista, as ideias do campo filosófico e do campo naturalista (TROTINHO, 2021). Dessa forma argumenta sobre a importância da Antropologia que segundo ele estava em um processo de deslocar-se da filosofia e adentrar no universo das ciências humanas. Também critica a Antropologia francesa por entender que a ciência deveria acolher as diferentes perspectivas de produção de conhecimento e não apenas se basear em uma única “verdade” universal (SILVA, 2020).

Segundo Troitinho (2021, p.289) ao longo do livro, Anténor Firmin enfatiza as concepções filosóficas defensoras da desigualdade racial como “anticientíficas e antifilosóficas”, além de categorizar os campos de conhecimento para a antropologia, a saber, “o cosmológico (geologia, química inorgânica, física e geografia), biológico (anatomia, fisiologia, química orgânica), sociológico (história, arqueologia, linguística) e filosófico (moral, estética, teologia)”.

No quarto capítulo, intitulado “Monogenismo e Poligenismo”, Anténor Firmin traça um debate acerca dessas duas teorias, que procuraram, no século XIX, explicar a origem da humanidade. O monogenismo acreditava numa origem comum para a humanidade, enquanto o poligenismo defendia a diferença racial. A partir do sexto capítulo cujo título é “Hierarquização fictícia das raças humanas”, Firmin passa a discorrer sobre a História do Haiti, e de outros países africanos como a Etiópia e o Egito. Aponta que a hierarquização racial foi uma construção da modernidade colonial para subjugar o continente africano (SILVA, 2020).

Anténor Firmin realizou um profundo estudo sobre a história da filosofia para mostrar com propriedade a importância do conhecimento filosófico e matemático dos africanos, com destaque para o nono capítulo, intitulado “Egito e a Civilização”, no qual o autor contesta a alegação de que negros seriam inferiores ao discorrer sobre o prestígio do Egito Antigo na Civilização Ocidental. Firmin comprova que o povo egípcio não era caucasiano e sim uma nação constituída de “uma variedade de tipos descendentes dos povos negros da região de Núbia, o que é sustentado com uma análise da fauna e flora, de hieróglifos e dos monumentos”. Inclusive ressalta que a real nomenclatura da civilização egípcia era Kemet, quer dizer “Terra Negra” (TROITINHO, 2021, 291).

Ainda sobre o nono capítulo, Anténor Firmin afirma que apesar da Antropologia do século XIX considerar o dogma da superioridade branca, essa “verdade” não tinha sólida base científica. Para comprovar seu entendimento, ele remonta ao antigo Egito e discorre sobre a época em que a Europa era considerada selvagem, se comparada à civilização egípcia, marcada por um intenso “desenvolvimento da ciência e da arte” (SILVA, 2020, p.138).

A DESTITUIÇÃO RACISTA DO PENSAMENTO NEGRO E A OBRA DE ANTENOR FIRMIN

O racismo enquanto sistema de perpetuação de relações de poder ainda é uma realidade. Seu enraizamento ocorre em todas as esferas sociais, inclusive por meio da educação formal.

Quando os currículos escolares e acadêmicos têm como base um pensamento eurocêntrico de explicação social, acabamos tendo uma visão distorcida ou superficial da história global materializada singularmente nos lugares. A eurocentricidade dos currículos dificulta o acesso a intelectuais negros, que trazem uma narrativa contra hegemônica da realidade. A inexistência desses intelectuais, especialmente na academia, constrói ideais racistas de que a população negra não pensa racionalmente, não faz ciência.

Compreendendo o racismo como um projeto dinâmico, portanto adaptável aos moldes sociais vigentes, percebemos a reprodução do genocídio do povo negro em variadas formas. O fato de não incluir afroreferências nos debates educacionais formais se converte numa forma de genocídio⁵, decorrente de um sistema hegemônico de controle do conhecimento e da informação, acarretando perdas para a sociedade, que terá dificuldade de compreender de modo crítico a base sociológica dos seus lugares, e reconhecer o protagonismo social negro. No caso das pessoas negras têm-se ainda um mecanismo de impedimento do reconhecimento étnico. Nesse ponto, é preciso considerar que a consciência étnica é fundamental para a construção de medidas de resistência aos imperativos racistas.

A obra de Anténor Firmin ainda é pouco conhecida nas universidades, por ser alvo de um controle hegemônico sobre a ciência. Troitinho (2021, 297) chama atenção para a importância de Firmin para a antropologia, tendo em vista a crítica ao aparato racista dessa ciência. Entretanto, em razão do “lugar social ocupado por este intelectual haitiano, a obra dele se mantém desconhecida no campo intelectual se comparada com a produção de Gobineau, apesar de ambos escreverem em períodos próximos”. Déus (2020, p. 223) sinaliza que o pensamento dos intelectuais negros haitianos, como Firmin, “sofrem o mesmo processo de silenciamento e de exclusão que sofreu o Haiti depois da sua independência, que faz com que tudo que é produzido nesse lugar não seja digno de reconhecimento”.

Tal fato nos leva a ação política de evidenciar tanto Anténor Firmin, como outros intelectuais negros subalternizados pela sociedade racista. “O processo de reconhecer os intelectuais negros que foram apagados da história das disciplinas está sendo possível a partir das políticas de ações afirmativas nas universidades públicas” (TROITINHO, 2021, p.296). No

⁵ Acreditamos que o conceito de Genocídio é mais apropriado nessa discussão, haja visto que muitos conceitos em evidência na realidade vigente, como o epistemicídio, são europeus e se mostram superficiais na compreensão da história e do presente. Genocídio e escravidão criminoso são termos favoráveis a uma análise pan-africana, sobretudo por entender que a colonização realizada na América foi realizada pelos africanos. Nós, pan-africanistas pensamos numa colonização diferente do que prega os europeus. Colonização não é exploração, não é crime. Colonização é o ato pacífico de transplantar conhecimentos.

caso do Brasil, temos a promulgação da Lei 10.639/03 como um importante instrumento para a inclusão do pensamento negro na história. A referida lei, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica, incide também sobre os cursos de formação de professores, no sentido de um acesso sólido a referências que nos ajude a pensar criticamente a África e as africanidades em diáspora. Com isso temos maior possibilidade de conhecer intelectualidades negras, como Anténor Firmin, e sua importância para as várias áreas do conhecimento, especialmente para a antropologia, sociologia, jornalismo, história e geografia.

O RECONHECIMENTO DA OBRA DE ANTENOR FIRMIN

Anténor Firmin foi de uma fenomenal genialidade, tanto que escreveu uma obra revolucionária e inovadora, em um período em que ainda havia vários países que utilizavam-se da mão de obra escravizada, como o Brasil por exemplo, e também um período em que todas as teorias científicas apontavam para a “superioridade racial branca” e ele já comprovava através de argumentação científica a igualdade racial dos negros. Seu pensamento estava muito à frente de seu tempo, tanto que só no século XX é que foi cientificamente aceito que não havia “raças humanas”. Mesmo comprovando cientificamente que a corrente do pensamento europeu daquele período estava equivocada, Firmin não obteve o devido reconhecimento. A importância das suas obras se dá pela complexidade do debate para a referida época e por se situar, desde o século XIX, na ideia de superar o pensamento racista antinegro da época.

Mesmo assim, apenas no ano de 2000, a obra de Anténor Firmin foi traduzida para o inglês, após essa publicação houve uma redescoberta de seu legado e seu trabalho passou a ser demonstrado e discutido em vários eventos acadêmicos. Como por exemplo a publicação da revista *American Anthropologist*, organizada por Carolyn Fluehr-Lobban, que dedicou a ele o artigo *Anténor Firmin: Haitian Pioneer of Anthropology*, no qual reconhece:

Firmin desenvolveu uma visão crítica das classificações raciais e da raça que renunciava a noção de construção social de raça, que somente viria muito tempo depois. No livro, ele também articulava precocemente ideias pan-africanistas, bem como um quadro analítico para o que se tornariam os estudos pós-coloniais. De *l'égalité des races humaines* é um texto que se situa historicamente entre os fundadores da antropologia como disciplina, e ainda assim é desconhecido no campo. É um trabalho pioneiro em antropologia crítica que aguarda reconhecimento 115 anos depois de ter sido publicado pela primeira vez (FLUEHR-LOBBAN, 2001, p. 449 apud MARQUES; KOSBY, 2020, p.7-8).

Também de 1 a 3 de junho do ano de 2001 houve um Congresso Internacional realizado pelo departamento de Antropologia de *Rhode Island College*, nos Estados Unidos, intitulado, “O Redescobrimto de Anténor Firmin, pioneiro da Antropologia e do Pan-Africanismo”, no qual foi comemorado o aniversário de 151 anos de Firmin e uma nova fase da apreciação de seu trabalho.

Cabe ressaltar que o Pan-Africanismo é um movimento intelectual negro, pautado na constituição de um paradigma científico. Se contrapondo veementemente ao eurocentrismo, o Pan-africanismo reconhece e propaga o continente africano e os territórios afrodiáspóricos como produtores de conhecimento e de ciência. O movimento Pan-Africanista foi fundado oficialmente em 1900, mas, antes disso, houveram intelectuais que defenderam as ideias, hoje compreendidas como Pan-Africanistas, como foi o caso de Anténor Firmin.

Compreendemos que Firmin antecipa o pensamento Pan-Africanista, no sentido de pensar o continente africano como espaço originário da etnia negra, propiciando um sentimento de solidariedade negra, em África e em diáspora. Trata-se de um movimento que nos permite contar a nossa história enquanto povo, fazendo a travessia de retorno às nossas origens ancestrais. Uma hipótese histórica ainda não confirmada é da existência de conexão entre o pensamento de Juliano Moreira no Brasil e de Antenor Firmin na França.

Na continuidade do processo de reconhecimento da obra de Firmim, em 2004, a editora *L'Harmattan* reeditou o livro, “Da igualdade das raças humanas: Antropologia positiva” na França. Em 2011 a *Casa de Las Americas*, organizou um grande evento em Havana em homenagem ao centenário da morte de Firmin, no qual houve uma série de reflexões sobre sua obra intelectual e política. Ainda nesse mesmo ano a *Editorial Ciências Sociales*, publicou em Cuba, a tradução em espanhol da obra de Firmin, ampliando sua circulação entre o público leitor do idioma (MARQUES; KOSBY, 2020).

Nos causa um estranhamento percebermos que um cientista como Anténor Firmin que já no século XIX protagonizava a ideia de que as “raças” são iguais, desafiando o pensamento hegemônico da época ficasse por tanto tempo, mais de um século, desconhecido, principalmente no pensamento francês. Fato que nos leva a depreender que intelectualidade de Firmin, foi colocada em segundo plano por ele ser um homem negro, pois como explicar tamanho brilhantismo vindo de um cientista negro, que era considerado pertencente à uma “raça” tida como inferior em termos intelectuais?

No contexto histórico, político e social que Firmin vivia, onde predominava o colonialismo, a exploração e a desumanização, principalmente da população negra, para

desenvolver a Europa era conveniente que prevalecesse o discurso que inferiorizava a população que estava sendo explorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antenor Firmin foi um dos pioneiros no debate sobre igualdade racial presente no século XIX, época em que foram elaboradas ideias hegemônicas partindo de pressupostos que privilegiavam a desigualdade racial. Apesar de ter recebido influência das ideias consideradas científicas à sua época, sobre a crença de que existiam raças diferentes, ele já apontava que todas as “raças” tinham a mesma capacidade tanto de pensar quanto de produzir conhecimento e cultura.

Mesmo tendo sido um intelectual genial, Antenor Firmin ainda é invisibilizado pela academia, o que decorre de um controle hegemônico acerca do conhecimento e da informação. Nos importa a continuidade de uma postura contra hegemônica, no sentido de evidenciar a intelectualidade negra, como Firmin, nos espaços acadêmicos.

A compreensão das ideias de Firmin nos permite um olhar sensível e sistemático acerca da população negra, suas problemáticas e produções culturais. Mas também discutimos o papel e a forma da ciência no mundo contemporâneo e nos processos de dominação. Os silenciamentos acerca de autores e obras, as omissões e as formas de divulgação científica expõem a inexistência de neutralidade científica e ressalta o papel das bibliografias, como uma forma de repetição dos erros da ciência. O livro de Antenor Firmin não faz parte da bibliografia da antropologia e nem das ciências sociais brasileiras, sendo que as teorias racistas fazem parte, mesmo que a título de contestação ela ainda seja divulgada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 20, p.173-196, Jan/Jun., 2016.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Afrodescendência e africanidades: um dentre os diversos enfoques possíveis sobre a população negra no Brasil. **Interfaces de Saberes**, v. 1, p. 14-24, 2013.

BERNAL, Martin. **Black Athena: the afroasiatic roots of classical civilization**(The Fabrication of Ancient Greece, 1785–1985). Vol. 1.Vintage; New Ed edition, 1987.

DÉUS, Frantz Rousseau. A Antropologia Haitiana e a Questão Racial no Século XIX. **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 207-224, jan/abr. 2020.

GEGGUS, David. **The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World**. Columbia: University of South Carolina Press, 2001.

GOUVEIA, Regiane Cristina. **América latina enferma: racismo e positivismo no pensamento político latino-americano em fins do século XIX e início do XX**. 276 f. 2016. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

JAMES, Cyril Lionel Robert James. **Les Jacobins noirs**. Editor: Secker & Warburg Ltd. 1938.

MARQUES, Pâmela Marconatto; KOSBY, Marília Flôor. Anténor Firmin, Jean Price-Mars, Jacques Roumain: Antropólogos haitianos repovoando as narrativas históricas da Antropologia. **RBCS**, v.35, n. 103, p. 1-20, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica a Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

SILVA, Roberto Jardim da. **Joseph Anténor Firmin: conflitos teóricos e políticos entre Haiti e França**. 207f. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) -Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Paraná: UFPR, 2016.

TOMICCH, Dalp. Pensando o “Impensável”: Victor Schoelcher e o Haiti. **Mana**, v. 15, n.1, p. 183-212, 2009.

TROTINHO, Bruna Ribeiro. Raça, colonialidade e poder desde Anténor Firmin. **Tessituras-Revista de Antropologia e Arqueologia**, v.9, n.1, p. 281-300, Jan/Jun, Pelotas, 2021.

WADE, Peter. Raça: natureza e cultura na ciência e na sociedade. In: **Raça, racismo e genética: em debates científicos e controvérsias sociais**. HITA Maria Gabriela (Org.). Salvador: EDUFBA, 2017. p. 47-79.

WARTELLE, Jean-Claude. La Société d'Anthropologie de Paris de 1859 à 1920. **Revue d'histoire des sciences humaines**, Villeneuve d'Ascq, n. 10, p. 125-171, 2004.